Capítulo 2

Pressupostos da *episteme* comunicacional

Tiago Quiroga

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

QUIROGA, T. Pressupostos da *episteme* comunicacional. In: *Pensando a episteme comunicacional* [online]. 2nd ed. Campina Grande: EDUEPB, 2013. Substractum collection. pp. 81-132. ISBN 978-85-7879-280-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo 2

Pressupostos da *episteme* comunicacional

Epistemologia como espaço de trabalho

Embora constitua um modo particular de reflexão, a *epistemologia da comunicação* – instância em torno da qual estão tematizados os avanços e dilemas dessa prática científica – dialoga com uma ampla e imprecisa área de estudos que envolve o desenrolar da ciência de um modo geral. Incluído na perspectiva francesa de filosofia da ciência, que teria ainda em Bachelard, Koyré e Canguilhem seus grandes expoentes, Bourdieu concebe a epistemologia como *espaço dos possíveis*, como disciplina através da qual é possível compreender as distinções, as disparidades, “o princípio das opções estratégicas e dos investimentos científicos, [...] integrados [ou não] numa intenção prática de acumulação”.⁷⁶ Segundo o autor, a disciplina tem como desígnio fundamental “mobilizar um coletivo, em torno de interrogações relativamente elaboradas, em condições tais que se possa produzir uma verdade sobre si próprio que,

76 BOURDIEU, 2004b: 18.

certamente, ele é o único capaz de produzir”.⁷⁷ Trata-se aí da energia empregada na investigação das condições de possibilidade que cercam as verdades científicas, submetidas, sobretudo, à figura de suas respectivas instituições. Tal atividade tem na própria construção da ciência seu objeto de investigação e pode ser percebida como uma “reflexão coletiva sobre si própria”,⁷⁸ a qual se torna a maneira como se pode “instaurar [não só] uma tal estrutura de troca que traga em si mesma o princípio de sua regulação”,⁷⁹ mas também a aceitação em torno de outras configurações de raciocínio que porventura ainda não tenham sido estabelecidas. Como observa o autor, a epistemologia é a atividade responsável, entre outras coisas, pelo desencadeamento de uma espécie de *autoanálise coletiva* que tem como principal objetivo promover as “condições de conceber novas formas de reflexão”.⁸⁰ Em linhas gerais, à “disciplina” poderíamos endereçar uma atividade tanto normativa quanto heurística e historiográfica. No primeiro caso, a ela pertenceria um tipo de trabalho de valoração cujos critérios estabeleceriam as *condições de possibilidade*, os *títulos de legitimidade*⁸¹ de determinada prática científica ou círculo de estudos. No segundo, tratar-se-ia de um tipo de empreendimento que repousa na compreensão das “ciências em via de se fazerem, em seu processo de gênese, de formação

77 BOURDIEU, 2004a: 18.

78 BOURDIEU, 2004a: 17.

79 BOURDIEU, 2004a: 18.

80 BOURDIEU, 2004a: 17.

81 JAPIASSU, MARCONDES, 1996: 85.

e de estruturação progressiva”.⁸² Modalidade de reflexão que corresponde às prospecções em torno da natureza embrionária de um fazer científico, em vias de se constituir enquanto tal, que pode suscitar novas descobertas, dependendo dos métodos utilizados e relações conceituais estabelecidas em dada área do conhecimento. Ambas as definições nos parecem plausíveis, uma vez que apontam para a atividade epistemológica como “disciplina que toma as ciências como objeto de investigação”,⁸³ isto é, que tem, entre seus objetivos, pensar sua construção oferecendo “uma ideia do estado das interrogações que se colocam a propósito da ciência no universo da investigação sobre a ciência”.⁸⁴

Evidentemente falamos de um tipo de meditação que supõe não apenas a abordagem de diversos problemas, sob diferentes perspectivas, mas também, de um tipo de atividade ou prospecção, longe de ter seu estatuto delineado. De fato, grande é a diversidade de termos e conceitos em epistemologia. Para Japiassu, apontar as regularidades discursivas da epistemologia torna-se um trabalho ingrato, uma vez que ela “se situa na interseção de preocupações e de disciplinas bastante diversas, tanto por seus objetivos quanto por seus métodos”.⁸⁵ Segundo ele, não há consenso quanto aos tipos de questões que ela deve problematizar

82 Idem.

83 JAPIASSU, MARCONDES, 1996: 84.

84 BOURDIEU, 2004b: 18.

85 JAPIASSU, 1979: 23.

dado que “seu campo de pesquisa é imenso, supondo grande intimidade com as ciências, cujos princípios e resultados ela deveria estar em condições de criticar”. Bourdieu agrega ao cenário o que chama de *dificuldade documental*,⁸⁶ que trata da impossibilidade de percorrer a soma total da bibliografia sobre determinado objeto cuja investigação a epistemologia toma como tema de estudo. Em ambos os autores, no entanto, é possível observar uma abordagem comum, isto é, apesar da enorme gama de possibilidades que constitui o trabalho epistemológico, ele remete necessariamente à produção de uma abordagem *crítica* e, ao mesmo tempo, *reflexiva* sobre as ciências. Essa é a perspectiva que adotamos para pensar o caso específico da comunicação que, muito embora constituída por inúmeros e particulares desdobramentos, apresenta dificuldades similares. Podemos citar, por exemplo, a escassez e a dificuldade de realizar o próprio debate epistemológico no campo. Isso porque se, por um lado, vasta é a produção teórica que o caracteriza, por outro, dado o próprio caráter incipiente da área, não se pode dizer o mesmo quanto às reflexões em torno de sua epistemologia. Na verdade, ainda são poucos os livros e autores que se vêm dedicando a realizar o debate sobre o tema.⁸⁷ Apesar da centralidade

86 BOURDIEU, 2004b: 16.

87 No Brasil, vale destacar trabalhos como: LOPES, NAVARRO, 2001; LOPES, 2003; FAUSTO NETO, AIDAR PRADO, DAYRELL PORTO, 2001; GOMES, 2003; LUCRÉCIA, 2003; SODRÉ, 2003; FRANCA, MARTINO, HOHLFELDT, 2001; WEBER, BENTZ, HOHLFELDT, 2002; BRAGA, 2006; FERREIRA, MARTINO, 2007, entre outros.

da demanda, sobretudo nos diversos rituais normativos do campo, poucas são as análises que se vêm preocupando em oferecer mais solidez teórica à questão, tão presente e, de certa forma, tão urgente no meio acadêmico de comunicação. Embora tenhamos nos diversos encontros e congressos de pesquisa espaços institucionalizados que se propõem a pensar o assunto, observa-se ainda grande dificuldade em organizar tal quadro de reflexão, sobretudo no que diz respeito ao agendamento dos termos e questões que, uma vez sistematizados, poderiam vir a produzir se não maior avanço em torno do assunto, pelo menos maior confluência na temática de trabalho. Falamos dos desvairados desencontros que envolvem a reflexão epistemológica em comunicação. Espécie de grande mosaico cujo estilhaçamento a faz permanecer limitada a intensos anacronismos teóricos, tal reflexão parece reproduzir típicas explorações lógicas “que procuram pelo gato preto dentro do quarto escuro que não está lá [...]”.⁸⁸ A adjetivação tem causa própria e deriva do modo pelo qual estão constituídos alguns estudos comunicacionais. Decisivamente marcados pelo crivo uniforme do *instrumento*, tais prospecções concebem o fenômeno comunicativo quase sempre como *meio* para se alcançar determinado *fim*, perspectiva que o consolida não apenas como poderosa ferramenta dos mais diferentes episódios sociais, mas, sobretudo, que o situa a partir de certa *determinação instrumental* em que o mesmo permanece quase sempre como rebatedor de outras áreas

88 CARNEIRO LEÃO, 2000: 129.

do conhecimento. Na realidade, talvez esse seja um de seus axiomas fundamentais. Embora nos esforcemos em oferecer-lhe a mesma legitimidade teórica presente em áreas⁸⁹ historicamente consolidadas, acabamos, muitas vezes, ao insistir no viés instrumental, consagrando-o como mero aporte de outras disciplinas. Isso ocorre porque as incursões “pré-científicas” do campo apresentam-se continuamente “coladas” aos chamados *atos do mundo*, reproduzindo, na maioria das vezes, as próprias lógicas de certa ordem tecnocultural que se propõem a analisar criticamente.

Ainda que tal característica resulte na constituição de uma enorme variedade de temas, o problema não remete tanto à diversidade senão à adesão e reverência incondicionais que se fazem aos avanços técnicos, cujo viés aplicativo acaba por circunscrever as diversas prospecções teóricas em comunicação ao acompanhamento das “novidades” tecnológicas. Vista por esse prisma as *performances* dos aparelhos apresentar-se-iam mais sedutoras do que seus eventuais manuais, a saber: parte das incursões

89 São exemplos dessas áreas “a Sociologia, contemporânea da Revolução Industrial, que surge para interrogar sobre os fundamentos do elo social e as mutações das sociedades modernas, privilegiando as investigações sobre o trabalho, a família, o poder, os grupos e suas desigualdades, a fim de detectar relações gerais entre fatos históricos; enquanto filha da modernidade, se dá por tarefa pensar os contornos da sociedade nova [...] a Linguística que surge para analisar as funções, a natureza e as regras da linguagem humana dando-se por objetivo fundamental compor uma espécie de “gramática do pensamento”, sem deixar de preocupar-se com o problema da origem das línguas, das relações entre linguagem e pensamento, etc.” JAPIASSU, 2012: 21.

teórico-metodológicas dos estudos em comunicação. Tais características, portanto, acabam por cristalizar um campo de estudos limitado ao forte e ambíguo entrecruzamento de sentidos, em que o mero *acoplamento* de teorias mais se aproxima de grandes colchas de retalhos, do que propriamente de alguma partilha que se espera realizar em torno de um eventual objeto de estudo. Realiza-se uma enorme variedade de aproximações teóricas com raras interlocuções, perspectiva em que as diversas modalidades exploratórias de pesquisa, uma vez acopladas, assim permanecem, justapostas, sob o signo da *interdisciplinaridade*. Em torno dessa égide o campo continua a ser “lugar de passagem”, instância da mera justaposição das diferentes correntes teóricas, em que não apenas se obtêm dispersos temas de estudo, mas, sobretudo, em que se conserva o campo que Bourdieu chamou de *ilusão do saber imediato*,⁹⁰ perspectiva em que as diversas produções teóricas tendem a reforçar opiniões de senso comum.

O problema da interdisciplinaridade

Falamos, antes de qualquer coisa, de um campo de estudos cuja natureza reside justamente na construção de um objeto científico dito *interdisciplinar*. Vista sob a perspectiva das mediações, a comunicação constitui espaço de alteridade, do encontro das diferentes práticas e experiências socioculturais. Nossa questão, portanto, não diz tanto

90 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 23.

de um campo interdisciplinar; consideramos antes que essa seja exatamente a opção por um caminho já consolidado? De todo modo, se fizermos a pergunta pela comunicação como uma ciência interdisciplinar, então as respostas já não seriam as mesmas. Nesse caso, é preciso fazer da interdisciplinaridade uma experiência pensada, uma questão retida, um problema significado. Isso porque, talvez devêssemos indagar, mas qual seria o *inter* que a disciplina comunicação desejaria inserir no debate transdisciplinar? O pleito aponta para o que seria a constituição de certa especificidade agora fundada na interdisciplinaridade. Na realidade, podemos avançar e perguntar se, de fato, a questão remonta à constituição de especificidade. Estar-se-ia, de fato, à procura de especificidade? Ou ainda, é possível que a comunicação ancore sua especificidade e construa sua *autonomia* justamente nessa característica da *interdisciplinaridade*? Estamos aí precisamente diante do principal axioma epistemológico da comunicação. Como se sabe, o campo de estudos em questão nasce no bojo da crise do paradigma das ciências sociais. Marcado pela legítima, embora apressada, tentativa de encontrar outras respostas acerca dos saberes instituídos, o campo abandona a reflexão em torno do princípio de *autonomia*, fundamental ao âmbito do pensamento, decisivo às ciências humanas. Ávidos pelo encontro do *novo*, deixamos de “fazer o luto” do princípio de *autonomia*, como também, acabamos por não compreender o processo histórico do qual, hoje, somos protagonistas e que atende pelo nome de derretimento disciplinar. Fenômeno histórico produzido pelo advento tecnológico

nas mais variadas dimensões sociais, o transbordamento teórico das disciplinas não apenas produz práticas sociais que extrapolam os espaços ditos especializados, como também faz com que as próprias fronteiras entre os saberes apresentem-se fluidas e incertas. Seja, por exemplo, no caso da arte, que sai dos museus, instalando-se no cotidiano, nas ruas, seja no caso da produção do conhecimento, em que os suportes de comunicação surgem como “nova topografia” do saber, (espaço que parece ocupar o lugar outrora destinado às instituições escolares) – em ambas as situações o que se tem é uma suposta falência dos chamados discursos específicos. Não exatamente porque estes desaparecem, senão porque quando transformamos meios em fins, os mesmos são alçados a discursos generalistas. Nesse sentido, a questão que se coloca é: se, de alguma maneira, torna-se fértil e aventureira a crítica aos modelos clássicos e aos lugares de fala particulares, em grande parte oriundos das práticas disciplinares, abrindo conexões antes não pensadas, de outra, a aversão às falas específicas nos lança num ambiente de indiferença generalizada. Nesse sentido, talvez seja interessante compreender que navegamos entre o exercício da crítica às abordagens excessivamente técnicas, instrumentais e moralistas, e àquelas outras que, a título de ampliar os horizontes que caracterizam os saberes específicos, em nome do *novo* e pelo *novo*, reavivam certo autoritarismo fundado agora numa espécie de descrença e apatia generalizados, seja na produção artística ou científica. Tal constatação traz em seu bojo uma dimensão político-epistemológica decisiva. Trata-se da passagem de um

ideal de valor para um *ideal de eficiência*⁹¹ em que os processos político-institucionais se tornam, cada vez mais, dissociados das crenças que orientam a produção teórica. Pensar essa dissociação nos parece inevitável dado que o problema também remete ao princípio de autonomia dos campos sociais, em especial, do campo científico e, de modo ainda mais específico, da comunicação. Voltaremos à questão.

Desse modo, a problematização em torno da interdisciplinaridade ocorre porque acreditamos ser insuficiente a tácita aceitação de supostas *diferenças* teóricas e, em consequência, da identidade construída sob o signo de uma *ciência interdisciplinar* em que se observam, muitas vezes, não apenas inumeráveis, mas *incomunicáveis* reflexões sobre o tema. Em outras palavras, problematizamos certa naturalização em torno de uma área interdisciplinar. Na verdade, em detrimento de uma ciência interdisciplinar, o que teríamos hoje seria uma ampla aceitação da abordagem que legitima uma perspectiva instrumental da comunicação, em que a mesma não apenas aparece, quase sempre, como instrumento, utensílio, aporte de outras disciplinas, mas também, que a mantém sob o manto da radical falta de diálogo entre os próprios pesquisadores da área. Em comunicação, terminamos por não ler uns aos outros, o que significa uma atividade científica desreferencializada. Seria preciso pensar a respeito; afinal, falamos da atividade humana cujas respostas, evidentemente, não se encontram por decreto, mas, sobretudo, através de longo processo de

institucionalização que envolve os mais diferentes rituais científicos, centrados, em boa parte, na partilha política e na comunhão temporal dos conceitos e teorias produzidos no meio. Significa dizer, que o enorme desencontro que caracteriza o presente debate, demanda não apenas algum esforço no ato de nomear as questões, tornando o problema o menos opaco possível, mas, sobretudo, pede a adoção de uma determinada clivagem teórica comum, que permita algum tipo de convergência possível. Como já dito, tal necessidade torna-se ainda mais urgente porque se refere à produção de um tipo de saber cuja legitimidade funda-se efetivamente no hábito de compartilhar. Sejam os diversos avanços, sejam os inúmeros retrocessos, o que se tem é sempre o resultado de uma determinada prática cujo núcleo central, intransponível, funda-se no rito de compartilhar os problemas estudados, ainda que para se discordar radicalmente das proposições aí apresentadas. Sendo assim, pode-se afirmar que uma das demandas epistemológicas centrais diz respeito à própria *apresentação das problemáticas* que perpassam o presente debate. Entre as muitas e importantes questões que permeiam o tema da epistemologia da comunicação, nos ocuparemos daquelas que remetem aos pressupostos que cercam o debate da constituição da episteme comunicacional. Com intuito de avançar na direção de alguma convergência teórica possível, nosso objetivo será apresentar determinados postulados que nos parecem perpassar o presente debate e com isso compreender e explicitar proposições epistemológicas que envolvem a presente área de estudos. Acreditamos que tal exposição

91 CARNEIRO LEÃO, dez. 2002.

torna-se atraente posto que possibilita não apenas alguma autoralidade, mas também porque nos retira da abordagem extensiva, em que a totalidade do percurso em torno do problema certamente nos seria inviável. Assim, embora localizemos o debate na área de epistemologia da comunicação, dentro dela, nos dedicamos a pensar as possibilidades específicas da constituição da episteme comunicacional.

Da constituição de si como área do conhecimento

As ocasiões que envolvem a confecção de teses de doutorado e dissertações de mestrado em comunicação, embora proporcionem uma rica diversidade de temas, também apontam para uma determinada questão que lhes é comum, isto é, que as perpassa igualmente em todos os níveis de trabalho. Em todas elas costuma-se ter a mesma orientação naquilo que se refere à temática central: produzir uma reflexão que, em seu conjunto ou em seu caráter fundamental, pertença à chamada área de comunicação. Apesar da grande variedade de temas e abordagens, todos devem apresentar uma problemática que se refira ao presente círculo de estudos. Nesse caso, particularmente, pensa-se na fabricação de produtos que no seu conjunto apontem para um tipo de saber propriamente comunicacional, isto é, para uma modalidade de questões cuja envergadura e originalidade possam contribuir para o desenvolvimento de um determinado tipo particular de reflexão que tenha como característica primordial pertencer à chancela específica da comunicação.

Na realidade, embora pareça circunscrever um horizonte meramente normativo – afinal, resulta daí a prescrição que procura encaminhar formalmente desfechos de trajetórias pedagógicas em comunicação –, a exigência remete a outro e mais complexo debate. Configura-se aí um dos diversos esforços que se têm dedicado ao imperativo de traduzir, em disciplina na ordem do conhecimento, as práticas científicas em comunicação, ou seja, a institucionalização desse modo particular de fazer científico à qual, entre outros mecanismos, corresponde o ato de conquistar para si a chancela de disciplina específica na ordem do conhecimento. A aquisição da mesma, de todo modo, corresponde a uma determinada etapa do processo de institucionalização. Entretanto, não qualquer etapa, senão aquela que pode vir a conferir-lhe o título de episteme ou de ciência, legitimando-a como área específica e autônoma na ordem do conhecimento. O debate não é simples, muito menos encontra-se resolvido. De qualquer forma, gostaríamos de destacar precisamente aquele que nos parece ser o problema fundamental referente à problemática epistemológica em questão: a atual condição do campo da comunicação entre o que seria sua caracterização enquanto círculo de estudos e sua possível constituição como disciplina na ordem do saber.

Em seu artigo *A constituição do campo da comunicação*,⁹² Braga apresenta adequadamente a questão. A título do uso apropriado dos termos aos quais devemos

92 BRAGA, 2000: 11-39.

nos remeter quando nos referimos à reflexão sobre o campo da comunicação, ele introduz o que seria não apenas uma melhor definição do problema aí investigado, mas, a nosso ver, o cerne do debate acerca da episteme comunicacional. Na apresentação da análise que traz em seu próprio título a temática de trabalho, o autor defende o uso do termo *constituição*, em detrimento de *construção*, quando nos referirmos ao processo de sedimentação de tal campo científico. Segundo ele, a opção ocorre porque na terminologia escolhida “comparecem dois sentidos complementares relevantes para o [...] tema: o constituir-se enquanto processo de elaboração do campo – a construção propriamente dita; e a organização interna da coisa, que assim a constitui”.⁹³ Apesar de transparecer levianidade – a opção pelo nome em si poderia sugerir outras proposições, tais como *formulação*, *caracterização*, *elaboração* ou *edificação*, enfim, variações do mesmo tema –, a adesão ao termo significa a compreensão da problemática fundamental que então o caracteriza.

Ao termo *constituição* remeter-se-ia duplo vínculo. O primeiro, com o qual estamos de acordo, motivo pelo qual também fazemos a opção por seu uso, que diz respeito a um *fazer em si*, referente ao conjunto de esforços que envolvem a comunicação enquanto círculo de estudos socialmente legitimado – desde as mais diferentes práticas de pesquisa, incluindo-se os diversos cultivos teóricos, encaminhamentos metodológicos, as tentativas de conquista de objeto de

estudo, até os mais variados rituais de avaliação, hierarquização e classificação do material produzido. Trata-se daquilo que resulta da soma de ações e produções comuns que caracterizam a comunicação como legítimo representante de um campo específico do conhecimento. De fato, resultado desse conjunto de esforços, o campo da comunicação responderia hoje por um considerável acúmulo e desenvolvimento cuja dinâmica de *elaboração* e *organização interna*, amplamente desenvolvida, aponta para uma possível autonomia da área. Significa dizer que, segundo ele, não parece restar dúvidas de que a esse *fazer em si* pertence a consolidação de um largo espectro de estudos e pesquisas cuja produção científica indica a aceitação consensual da comunicação como campo de estudos socialmente legitimado.

Entretanto, pode-se dizer que o mesmo empenho que o caracteriza como campo do conhecimento, não necessariamente o torna apto à conquista do título de *episteme* comunicacional. Embora a análise de Braga se refira propriamente à problemática que permeia o campo, talvez fosse interessante trazê-la para pensar sua *constituição* não apenas enquanto círculo de estudos, mas como disciplina na ordem do conhecimento. Isso porque, como observa o autor, e com o que, aliás, estamos de acordo, não parece restar dúvidas quanto ao consenso acerca da comunicação social como círculo de estudos, reflexão e prática de pesquisa, notadamente de grande importância. A legitimidade social resultante do sólido acúmulo da produção da presente prática científica, não parece deixar dúvidas quanto a

93 BRAGA, 2000: 11.

sua condição de genuíno representante de campo específico do conhecimento. No entanto, o problema que parece fundar, se não a principal, pelo menos uma das questões mais importantes no que diz respeito ao debate em epistemologia da comunicação trata da passagem de campo de estudos à condição de saber constituído, ou melhor, à categoria de disciplina na ordem do conhecimento. Esse, portanto, o segundo aspecto decorrente da opção pelo termo *constituição*, que embora situe a problemática em torno do campo deve ser estendido para pensar a própria *episteme* da comunicação. Nesse caso, além de um irrevogável fazer interno, inerente a sua auto-organização, agregar-se-ia à *constituição* do campo a conquista da chancela de *episteme* comunicacional, termo segundo o qual se conduziria o presente campo científico à condição de disciplina.

No mesmo artigo, no entanto, Braga defende ser ociosa a questão que se dedica a “debater sobre o estatuto acadêmico do campo da comunicação – se de ciência, arte, disciplina, ou apenas gênero de literatura”.⁹⁴ Para ele, a alcunha correspondente ao termo *campo* seria não apenas suficiente, mas “confortável [...] a todos os nossos propósitos práticos de designação”. Nesse caso, vale observar, o autor não usa o termo *episteme* ou *ciência* quando se refere à *constituição* de determinado espaço de estudo e pesquisa. Em sua opinião, a questão a que se refere o termo *constituição* diz respeito aos problemas e desenvolvimento de parâmetros do *campo*. Entretanto, em nosso entendimento,

94 Idem.

se quisermos pensar a *constituição* da *episteme* comunicacional, como é o caso, acreditamos ser fundamental entrar no problema que permeia sua condição disciplinar. Não por desejo de normatividade, mas pelo fato de que é precisamente em torno de tal questão que podemos tematizar o problema central acerca de uma possível originalidade (alteridade) do discurso comunicacional. Além disso, no âmbito em questão encontramos as distinções entre os termos, premissas e referenciais teóricos decisivos à conquista da qualidade de área do saber. Dito de outra maneira, se desejamos, aqui, pensar a *constituição* de uma *episteme* comunicacional, uma vez que ela encontra seu fulcro central na passagem da qualidade de prática científica à possível condição de disciplina na ordem do conhecimento, propõe-se, então, investigar os postulados segundo os quais se outorga ou se atribui tal conformação.

Categoria submetida ao alcance de determinados postulados científicos, o título de disciplina depende efetivamente do grau de correspondência entre a produção de determinada prática científica e a ressonância que a mesma seja capaz de provocar junto aos critérios responsáveis pela realização de tal atribuição. Essa, portanto, a problemática central que institui não apenas o termo ao qual devemos nos remeter quando da caracterização do campo, mas, também e sobretudo, o local em que reside propriamente nossa proposição. É precisamente nesta lacuna – entre sua consolidação enquanto círculo de estudos e pesquisas, amplamente difundido, e a emergente caracterização em torno de si, como área do conhecimento – que se instala

o paradoxo embrionário do debate acerca de uma *episteme* comunicacional. Se, enquanto exercício da prática de pesquisa, responsável pela difusão de um amplo tipo de conhecimento, existe na comunicação campo largamente consolidado, quando nos remetemos à clivagem epistemológica, instância em que encontramos os postulados segundos os quais se deve ou não converter determinado acúmulo teórico em área específica do conhecimento, já não se poderia falar o mesmo. E por quê?

Dos postulados científicos: o conceito de *campo*

Evidentemente a incursão epistemológica, cuja preocupação repousa na enumeração dos postulados segundo os quais se atribui a chancela de disciplina na ordem do conhecimento, remete a uma grande diversidade de autores e correntes teóricas. Na impossibilidade de percorrer sua totalidade, optamos por realizar nossa prospecção a partir da importante contribuição oferecida por Pierre Bourdieu mediante a formulação do conceito de *campo*, em especial de *campo científico*, amplamente mencionado nas ocasiões que envolvem o debate em torno da *episteme* comunicacional. Caracterizada por poucas regularidades discursivas, tal reflexão acaba tendo na difusão de tal conceito uma das raras exceções em que se observa o uso de termos partilhados na área. A adesão ao conceito, portanto, seja como meio de situar tal problemática, seja como prerrogativa da participação no presente debate, acaba transformando-se numa dessas escassas oportunidades em que

se observa espécie de convergência teórica possível. Não no sentido do alcance e propagação de concordâncias, mas, do estabelecimento de marcos reflexivos compartilhados os quais nos parecem fundamentais no avanço das proposições acerca do assunto. Em outras palavras, parece-nos difícil adentrar o presente debate sem, necessariamente, fazer algum tipo de referência à noção de *campo*, sobretudo a sua modalidade específica que nos interessa diretamente, que é a de *campo científico*.

Do mais geral ao mais específico, comecemos pela referência ao primeiro conceito. Próprio de uma reflexão de ordem epistemológica, a expressão *campo social* surge como terceira opção às dicotomias representadas pelas principais tradições teóricas que permeiam, segundo Bourdieu, a *sociologia da ciência*. Segundo o autor, a disciplina que tem como objetivo principal fazer da própria ciência seu tema de investigação, empenho esse também circunscrito à *história da ciência* (o que poderia igualmente ser dito sobre a história da literatura, da arte, da filosofia, sendo elas mesmas seus respectivos objetos), caracteriza-se fundamentalmente por duas grandes matrizes teóricas: a *externalista* ou *externa* e a *internalista* ou *interna*.⁹⁵ A primeira delas, diz Bourdieu, “frequentemente representada por pessoas que se filiam ao marxismo”,⁹⁶ de costume vincula as diversas produções a sua conjuntura, interpretando-as a partir de sua relação com os aspectos sociais e econômicos. Tal tradição

95 BOURDIEU, 2004a: 19.

96 Idem.

tem como pressuposto fundamental a ideia de que toda fabricação teórica é sempre o resultado de determinadas condições sociais. Nessa perspectiva, a ciência é concebida como resultado dos engendramentos contínuos que permeiam o estado social, característica que faz com que traga sempre, em seu bojo, determinada dimensão política que reflete o sentimento das variadas conjunções históricas. Necessariamente resultante das *leis sociais*, a produção científica aqui também estaria referida ao *macrocosmo*.⁹⁷ Nesse caso, os *produtos* epistêmicos não apenas tomariam como subsídio os elementos oferecidos por sua atualidade, ou os aspectos dados por seu contexto histórico-social, mas, sobretudo, acabariam por expressar, em suas próprias categorias analíticas, os postulados e agenciamentos de sua época. Entretanto, afirma ele, é também verdade que tais produtos carregam níveis de *autonomia*⁹⁸ em relação ao contexto social. Não são, portanto, tábulas rasas, lisas, totalmente vulneráveis aos estímulos externos. Muito diferente, então, seria aquela outra perspectiva, erguida a partir do “fetichismo do texto autonomizado”,⁹⁹ a tradição *internalista* ou *interna*, que se caracteriza pela crença no único e exclusivo contato com as obras como suficiente para se realizar determinada reflexão com aspirações científicas. A perspectiva resulta do que Bourdieu denominou a construção de um “espaço relativamente autônomo”,¹⁰⁰ chamado

97 BOURDIEU, 2004a: 20.

98 BOURDIEU, 2003: 117.

99 BOURDIEU, 2004a: 19.

100 BOURDIEU, 2004a: 20.

de *microcosmo*, portador de leis, estruturas e funcionamentos específicos que, ao lhe permitir filtrar e traduzir, a sua maneira, as diversas influências do mundo social, acabaria por lhes garantir determinado nível de autonomia em relação àquele último. Resultante do que o autor denomina *erro do curto-circuito*,¹⁰¹ instaura-se a noção de *campo*. Diferente do que se supõe em ambas as tradições, para se entender determinada manifestação cultural, artística ou científica não seria suficiente estabelecer uma relação direta com seu contexto, muito menos delimitar sua análise à obra em si mesma. Segundo Bourdieu, entre esses dois sujeitos, não necessariamente com vínculo direto, existiria um *universo intermediário*, um espaço composto por *agentes* e *instituições*,¹⁰² entendido como *campo social*, responsável por “produzir, reproduzir e difundir a arte, a literatura e a ciência”.¹⁰³ O conceito surge, na realidade, não apenas para dar conta do que ele chamou de instâncias mediadoras entre um polo e outro, mas, sobretudo, para mostrar que, em se tratando da historicização de qualquer produção do espírito humano, não basta apenas aderir a uma ou outra tradição. As variadas tentativas de discorrer historicamente acerca das diferentes formas de expressão humana, sejam elas artísticas, literárias ou científicas, não se devem circunscrever a uma abordagem unilateral da obra, muito menos acreditar que apenas relacionando-a com seu contexto social poder-se-ão obter respostas satisfatórias

101 Idem.

102 Idem.

103 Idem.

quanto a suas verdades internas. O conceito, nesse sentido, não apenas não nega as duas tradições, como tenta articulá-las. Assim, tanto destaca a importância da contextualização de determinada produção em sua atualidade – afinal, não existiriam verdades trans-históricas – quanto enfatiza seu domínio específico, o qual se realiza através do manuseio e da apropriação de seus fundamentos teóricos. Nesse sentido, o conceito de campo seria uma opção à ideia de *ciência pura*, “totalmente livre de qualquer necessidade social, assim como da *ciência escrava*, sujeita a todas as demandas político-econômicas”.¹⁰⁴

Portanto, o conceito de campo é híbrido. Sua natureza resulta da constituição desse *universo intermediário* entre *texto* e *contexto* cujo diagrama incorpora tanto o mundo social e todas as determinações a que esse está sujeito como o conjunto de competências ou atributos específicos que, embora influenciado pelos primeiros, não necessariamente lhes diz respeito. A concepção resulta do amálgama das ciências naturais com aquelas outras que caracterizam as ciências sociais, isto é, um espaço social, ao modo da física porque é um *campo de forças*,¹⁰⁵ criado por *agentes* e *instituições*, cujas lutas e embates se realizam com intuito de preservá-lo ou modificá-lo, segundo a posição com a qual cada membro do grupo daquela área se encontra envolvido. Revestidos de relações de poder, de *lucros*, *monopólios*, estratégias e interesses específicos, os campos sociais

104 BOURDIEU, 2004a: 21.

105 BOURDIEU, 2004b: 52.

são criados por agentes e instituições e só por intermédio de seus posicionamentos e desígnios objetivos pode construir sua armação. Ou seja, sua composição só pode ser compreendida a partir da observação e do entendimento desses lugares de fala, isto é, das posições que ocupa cada membro dentro dessa estrutura da qual faz parte. Significa que não há campo social sem agentes e instituições, como também a própria virtude e o alcance das questões por ele colocadas dependem da tomada de posição dos que aí se encontram em condição de reciprocidade. O conceito, também fundado na física, é concebido enquanto sistema que só se viabiliza se constituído pela coexistência de partes. Por fim, diz Bourdieu, a adjetivação e/ou a valoração dos modos pelos quais cada um deles ocuparia determinada colocação, nessa estrutura, estaria diretamente vinculada ao alcance e distribuição de capital produzido internamente. Segundo ele, a importância de cada *agente* (*indivíduo ou instituição*) na estrutura do campo é definida pela disseminação e posse do vulto de *capital científico*¹⁰⁶ que cada um adquire ou conquista, em relação ao outro, em determinado momento. Estaria, assim, na magnitude e no calibre desse *capital científico* adquirido, e difundido, o elemento que introduz tanto a diferença como os lugares ocupados entre agentes e instituições num determinado *campo de forças*.

106 BOURDIEU, 2004b: 80.

O campo científico e o problema da autonomia

Cabe investigar o que o autor entende, então, por *capital científico* e a que termos ele se refere quando lhe oferece papel tão determinante na presente formulação. Segundo Bourdieu, o problema tem origem na busca do “monopólio da competência científica”, ponto fundamental que também tange às definições de particularidade disciplinar e princípio de autonomia. Para ele, são as *lutas concorrenciais*¹⁰⁷ em torno do *monopólio da autoridade científica*¹⁰⁸ que criam a estrutura do próprio campo. Essas, por sua vez, não se realizam de qualquer forma, em qualquer âmbito, isto é, não se diz de qualquer embate, em qualquer nível, mas, de outra maneira, daqueles que resultam do desenvolvimento e da partilha de um tipo específico de capital denominado científico: “conjunto de propriedades que são produto de atos de conhecimento e reconhecimento realizados por agentes envolvidos no campo científico e dotados, por isso, de categorias de percepção específicas que lhes permitem fazer as diferenças pertinentes, conformes ao princípio de pertinência constitutivo do *nomos* do campo”.¹⁰⁹ Trata-se aí de uma objetivação particular de um tipo de *capital* mais amplo, denominado *simbólico*, que o autor define como “o conjunto de propriedades distintas que existe na e pela percepção de agentes dotados de categorias de percepção adequadas, categorias que se

107 BOURDIEU, 2003: 112.

108 Idem.

109 BOURDIEU, 2004b: 80.

adquirem principalmente através da experiência da estrutura da distribuição desse capital no interior do espaço social ou de um microcosmo social particular como o campo científico”.¹¹⁰ Sendo assim, quando falamos dos emolduramentos concorrenciais podemos dizer que os mesmos gravitam em torno da produção, do acúmulo e da divisão de dois tipos de *capital científico*. O primeiro é um capital intelectual, dito “*puro*”, que se refere à competência técnica, ao acúmulo de conhecimento e renome pessoal junto aos pares; o segundo, *capital temporal (ou político)*,¹¹¹ que diz respeito aos ofícios administrativos, à ocupação de cargos institucionais tais como chefias de departamentos, participação em comissões de avaliação, projetos científicos, coordenação de laboratórios, etc. Segundo Bourdieu são tipos de capital que têm *leis de acumulação e transmissão* bastante distintas. No primeiro caso, do *capital científico* “*puro*”, tipo de conhecimento “fragilmente objetivado, impreciso e relativamente *indeterminado*”,¹¹² tem-se uma modalidade que precisa de um tempo bastante extenso para ser transmitida. Sua constituição é lenta, seu desabrochar, vagaroso, e, muitas vezes, apenas seu componente protocolar é que pode ser assimilado. Em sua transmissão, haveria sempre um elemento “carismático, ligado aos *dons* pessoais que não pode ser objeto de *portaria de nomeação*”.¹¹³ Proporcionados por pesquisas e formulações teóricas que

110 Idem.

111 BOURDIEU, 2004a: 35.

112 BOURDIEU, 2004a: 36.

113 Idem.

têm como objetivo a progressão do campo, em torno de seus pressupostos encontram-se efetivamente os avanços e aberturas referentes às explorações científicas. Em seus limiares os diversos aportes e subsídios se empenham, de forma legítima, em produzir o impulso de evolução da ciência. Isso, de certa forma, independeria daquele outro capital (poder institucionalizado), vinculando-se majoritariamente à questão do prestígio intelectual, à conquista de consideração e respeito junto a seus pares. Nesse tipo de capital residiria a ideia de um necessário reconhecimento acerca de determinada competência técnica, socialmente legitimada, modo pelo qual se alcançaria certa autoridade no discorrer científico. Ao tema que cerca esse tipo de capital nos dedicamos em seguida. No segundo caso, o do *capital político ou institucional*, muito diferente seria a lógica que rege seu *acúmulo* e *transmissão*. De acordo com Bourdieu, a acumulação desse capital precisa de *estratégias políticas (específicas)* como também de tempo para ser alcançado. Significa dizer que o acesso a cargos institucionais – comissões de pareceristas, coordenação de núcleos de pesquisa, de cursos de pós-graduação, participação em bancas de teses e concursos – teria como imperativo o tempo no exercício dos preceitos da cultura institucional que, por natureza, além da exigência de certa competência técnica, seria efetivamente constituída pela conquista de confiança juntos aos fóruns pertinentes. Embora seja uma característica comum ao capital intelectual, o requisito temporal não se objetiva da mesma forma. No que diz respeito ao *capital científico institucional*, seu expediente parece reproduzir o

modus operandi que orienta igualmente a maioria das dinâmicas burocráticas. Como exemplo, tem-se a nomeação para cargos institucionais que não necessariamente correspondem ao preenchimento de pré-requisitos. Salvo um já mencionado “tempo cívico”, a expectativa de confiança e fidelidade diante de seus pares é o que se pode almejar como principal, e talvez único, critério do processo que tem, na verdade, um acordo afiançado como grande representante de um frágil sistema político. Apesar da existência de eleições como instrumento formal na consecução de tal capital científico, é possível dizer que, ainda assim, o que vigora é uma espécie de “acordo de cavalheiros”, emblemática estampa de uma cultura de pré-ajuste, prática que define, na realidade, os quadros organizacionais na constituição do *capital científico institucional*. De todo modo, é precisamente em torno de seus postulados que se garante de fato a constituição dos meios pelos quais se podem assegurar a produção e reprodução do fazer científico. Do acúmulo e difusão do *capital científico institucional* depende efetivamente a criação de mecanismos organizacionais pelos quais se pode vir a lutar por recursos materiais. De seu desenvolvimento advém a possibilidade de se obter a manutenção da prática científica em seus mais diferentes níveis. Assim, embora desprovido de maiores fundamentos, é também o *capital científico institucional* que responde pela autonomia do campo científico. Apesar de submetido às diferentes conjunturas socioeconômicas, é ele também responsável por mediar eclosões, ingerências e desdobramentos do mundo social. No delineamento

de suas fronteiras, sólidas ou suscetíveis, repercutem não apenas as tendências que envolvem os acontecimentos do mundo social, mas também o mecanismo pelo qual se agrega à prática científica a necessária compreensão de que a mesma é, sobretudo, o resultado da conquista de suas condições econômicas. Em outras palavras, tratar-se-ia do entendimento do *capital científico institucional* como resultado direto das diferentes realidades socioeconômicas que regem o universo macrosocial, modalidade através da qual a instituição científica participa da ordem econômica como todas as outras; no entanto, na condição não apenas de receptora de seus derivados e recomendações, como também de protagonista ativa, uma vez que a autoridade atribuída à competência científica credencia seus agentes de modo a permitir-lhes o acesso direto à formulação das regras e dos encaminhamentos socioeconômicos.

De todo modo, embora permeadas de distinções, as duas modalidades de capital científico são efetivamente aquelas que fundam o campo em questão. Nesse sentido, quando nos referimos à constituição e à autonomia do campo científico, é preciso que o façamos sempre a partir da imbricação dessas duas modalidades de capital científico. São elas que respondem por uma abordagem integral do conceito. Dito de forma mais objetiva, se o conceito de *campo social* repousa necessariamente na hibridização entre o que seria uma extensão do mundo social e sua respectiva tradução, segundo determinadas competências específicas, a compreensão do campo científico, ainda mais peculiar, deve ser realizada sob a égide particular daqueles

dois tipos de capital científico, o puro ou intelectual e o político-institucional, imbricação que, na verdade, responde pela singularidade do campo em questão. É essa a dinâmica que faz com que o campo científico seja um campo social como outro qualquer, ou seja, sua solidez depende do nível de consolidação e desenvolvimento de *capital científico “puro”* e, da mesma forma, tal condição não poderia ser alcançada senão articulada com o acúmulo de *capital científico institucional*, que responde por um tipo de mediação sobretudo econômica junto ao universo social.

Entretanto, cabe destacar que apesar de referir-se às lutas concorrenciais – propriedade que define a ideia de campo científico como outro qualquer posto que é igualmente atravessado pela dinâmica do embate –, Bourdieu chama especial atenção para o problema que cerca as destrezas específicas do campo científico. Ele se refere às competências e aos atributos específicos com os quais os campos reconfiguram as influências do *mundo social global*.¹¹⁴ Ainda que os mesmos sejam universos perpassados pelas leis que regem o macrocosmo, eles acabam por lhe responder de forma bastante peculiar porque que são constituídos de leis próprias e específicas, que não necessariamente estão submetidas àquele ambiente. Seriam, portanto, espaços regidos por tipos de capital próprios, isto é, obedeceriam a determinações internas, que correspondem ao tipo de produção e aos fatores que envolvem cada atividade, em cada campo, e que conseqüentemente

114 BOURDIEU, 2004a: 21.

respondem pela especificidade das leituras que se realizam dos acontecimentos do mundo. Nesse sentido, mesmo que suscetíveis às influências do macrocosmo, os campos são resultado do acúmulo e da distribuição de tipos específicos de capital, sendo estes também o lugar em que se articulam seus princípios internos. Daí, afirma Bourdieu, advém o princípio de *autonomia* virtualmente presente em cada campo e que determina sua relativa independência frente ao *espaço social global*.¹¹⁵ Aos elementos e leis específicas que os regem remeter-se-ia a capacidade de *retraduzir* ou *refratar* ¹¹⁶ as influências da atmosfera social, dela se afastando ou mesmo se desvinculando por completo, de onde se justifica que será mais autônomo o campo com maior capacidade de produzir interpretações originais dos *fatos do mundo*. Nesse caso, o contrário também vale, isto é, quanto maiores forem as imposições externas ao campo, por exemplo, quando há exagero na ingerência política das atividades específicas, menos autônomo será o campo dado, que se torna portador de elevados níveis de *heteronomia*.¹¹⁷ Bourdieu cita a particularidade das diferenciações entre os chamados campos da literatura, das artes e, sobretudo, aquele que nos interessa diretamente: o campo científico. Se até agora falávamos do campo como uma extensão do *mundo social global*, premissa que continua valendo – afinal tem-se aqui um importante pilar sobre o qual se ergue o conceito –, quando nos deparamos com o princípio

115 BOURDIEU, 2004a: 24.

116 BOURDIEU, 2004a: 22.

117 Idem.

de *autonomia*, passamos a pensá-lo também como instância através da qual o universo, dito *macrocosmo*, é decididamente reinventado pela introdução de preocupações exclusivas. Embora sob as mesmas influências, é comum, por exemplo, observar que campos como o da literatura, da arte ou da própria ciência produzem frequentemente leituras radicalmente diferentes dos mesmos acontecimentos. Ou seja, os campos são também resultado de lógicas de funcionamento que obedecem a leis e princípios internos que muitas vezes nada têm a ver com ambiente histórico-social. Trata-se da existência de formas, regras e princípios que introduzem, à corporeidade de determinado campo, não apenas sua identidade, uma vez que aí se estaria *retraduzindo* o mundo a sua maneira, mas também a possibilidade de garantir níveis relativos de autonomia ao longo de seu desenvolvimento. Assim, podemos nos perguntar: mas que princípios internos de funcionamento são esses? Que vínculos estabelecem com a conquista de uma relativa autonomia? Para responder a tais perguntas é preciso compreender os tipos de capital através dos quais cada campo conquista sua autonomia. Naturalmente, não se pretende realizar uma prospecção minuciosa de cada um deles, discutindo, detalhadamente, os aspectos que os constituem enquanto tal. Nessa perspectiva, não apenas não existe uma regra para todos os campos, cada um desenvolve mecanismos pelos quais se obtém certa especificidade, garantindo algum tipo de *autonomia*, como também seria o próprio interesse do pesquisador o elemento decisivo no aprofundamento e problematização das questões

internas que os constituem. Em nosso caso, em se tratando do *campo científico*, podemos perguntar: onde estariam ou então que mecanismos lhe proporcionam a conquista de tal princípio? Em outras palavras, o que garantiria especificidade e, portanto, *autonomia* ao campo científico? Ou, ainda, que tipos de capital são responsáveis por conferir, ao campo científico, a credibilidade necessária na formulação de suas diversas leituras do mundo, em especial, aquelas do dito universo social? Levantamos, como hipótese, a ideia de que a capacidade de *refratar* e *retraduzir* as “intromissões” do mundo social, afastando-se e tornando-se independente de suas influências e oscilações, depende da consolidação, da qualidade e dos níveis de desenvolvimento do *capital científico “puro”*. No limite, é ele que responde pela especificidade e autonomia relativa dos campos científicos.

A construção do objeto e a ‘disciplinarização’ do saber

Na complementaridade, portanto, dos dois tipos de *capital científico* residiria não apenas uma condição específica de *capital simbólico*, como também a própria compreensão das determinações internas que caracterizam o *campo científico*. Ao percorrê-las, de fato, começamos a encontrar os critérios pelos quais tal campo concebe sua especificidade, seu princípio de autonomia. Entretanto, embora a conformação prática apresentada pelo *capital científico político ou institucional* seja imprescindível ao conceito de *campo científico*, não estariam propriamente em torno de suas configurações os aspectos que atendem à radicalidade

da especificidade e autonomia do campo científico. Bem verdade que tal modalidade do conceito é de importância decisiva, uma vez que o situa como campo social como outro qualquer sendo constituído por lutas e estratégias concorrenciais – o que nos permite desconstruir, afirma Bourdieu, um ponto de vista *irenista* do universo científico, que o concebe como atividade marcada por “trocas generosas cuja cooperação tem como ideal alcançar um mesmo fim”.¹¹⁸ Diferente disso, o conceito de *capital científico institucional* (embora, nesse caso, a questão também esteja vinculada ao *capital científico “puro” ou intelectual*) aponta para uma dinâmica de embates em que o que se observa é que não haveria, dentro de cada campo científico, consenso quanto ao que deve ou ao que não deve ser passível de investigação, e sim um contingente de lutas e conflitos que ora convergem, ora divergem, segundo o que se acredita ser inerente ao desenvolvimento de seu próprio campo.

De qualquer forma, é interessante notar que a questão remete a um tipo de embate específico. Nesse sentido, se estamos interessados em encontrar as determinações internas que especificam o campo científico, devemos nos ater de modo especial aos desdobramentos inscritos no *capital científico “puro” ou intelectual*. A ele remontam os chamados níveis de cientificidade que respondem, na verdade, tanto pela especificidade quanto pela autonomia de cada campo científico. Significa dizer que, se o grau de autonomia de cada campo depende da capacidade de *refratar* e *retraduzir*,

118 BOURDIEU, 2004b: 68.

de modo específico, as influências do mundo social, no caso do campo científico tal atributo diz respeito diretamente aos padrões de *originalidade (valor/contributo distintivo)*¹¹⁹ que o dito *capital científico intelectual* pode almejar. Em suma, se o conceito de campo não pode ser pensado sem levar em consideração os agenciamentos concorrenciais que se desdobram entre um *polo* e *outro* – entre a contextualização social de determinada produção e, concomitantemente, sua análise interna ou imanente –, quando nos deparamos com a necessidade da investigação acerca daquilo que de fato individualiza o campo científico, torna-se imprescindível a incursão em torno dos mecanismos internos pelos quais é construída sua especificidade. Nesse caso, falamos não apenas da análise concentrada naqueles dois tipos de capital científico, mas, sobretudo, da ênfase depositada naquele dito “*puro*” ou *intelectual*, que corresponde propriamente à “lógica segundo a qual a ciência engendra seus próprios problemas”.¹²⁰ Em seu desenvolvimento, portanto, encontrar-se-iam os chamados níveis de cientificidade responsáveis pela especificidade de cada campo científico.

Mas o que seriam esses níveis de cientificidade? Como defini-los? Que parâmetros devem ser levados em consideração ao nomeá-los? Como vão variar de um campo ao outro? Trata-se do *valor distintivo*¹²¹ que caracteriza o discurso científico cuja *originalidade* o distingue de qualquer

outro campo social. Bourdieu discorre com maior acuidade sobre a questão em *Ofício de sociólogo*,¹²² livro em que se dedica a pensar a especificidade disciplinar que caracteriza o trabalho sociológico. Com intuito de responder ao problema que trata de sua autonomização, apresenta a “ordem lógica dos atos epistemológicos – ruptura, construção, prova dos fatos”¹²³ –, espécie de prerrogativa através da qual se podem garantir os chamados níveis de cientificidade que caracterizam a especificidade dos campos científicos, em especial o sociológico. O primeiro deles, portanto, remete à necessidade de *ruptura* com o senso comum, ou melhor, com o que chamou de “opiniões primeiras sobre os fatos sociais”, que apontam para uma “coletânea falsamente sistematizada de julgamentos”.¹²⁴ No rastro de Durkheim, que denunciava os perigos de uma hiperespecialização da nova ordem urbano-industrial iniciada em meados do século XIX, Bourdieu chama atenção para a precarização das *pré-noções* que ancoram sua legitimidade apenas nas “funções sociais que desempenham” seus atores e que, na prática, têm como único grande objetivo “reconciliar, a qualquer preço, a consciência comum consigo mesma”.¹²⁵ A título do que chamou de *vigilância epistemológica*¹²⁶ – expressão que remete a Bachelard, ele reúne os esforços cujo objetivo é atentar para o conjunto de “concepções

119 BOURDIEU, 2004b: 80.

120 BOURDIEU, 2003: 116.

121 BOURDIEU, 2003: 121.

122 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007.

123 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 73.

124 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 23.

125 Idem.

126 Idem.

ou sistematizações fictícias”¹²⁷ que colocam em xeque a autoridade do fazer sociológico –, chama atenção para a necessidade de romper com o que denominou *ilusão do saber imediato*,¹²⁸ tendência que aponta para uma visão ingênua da ordem social, explicada apenas a partir de uma determinada espontaneidade que envolve a “descrição das atividades, opiniões e aspirações individuais”.¹²⁹

Erguidas em torno de *linguagem corrente* e de *noções comuns*, as chamadas *pré-noções*¹³⁰ representam, não apenas uma familiarização com o universo social que deve ser evitada, mas o primeiro grande empecilho à formulação de determinado discurso especializado. Isso porque os fenômenos sociais teriam causas ocultas, embora não inconscientes, que independem da consciência dos indivíduos e que existem para além de suas motivações e desejos pessoais. Nesse sentido, seria preciso atentar para as relações objetivas que as antecedem e que são, de fato, orientadoras das estruturas do mundo social. Portanto, o que se coloca é a necessidade de certo estranhamento, como primeira grande premissa naquilo que diz respeito à produção de um determinado tipo de conhecimento do social. A proposição traduz-se na não naturalização dos fatos sociais, os quais devem ser retirados de sua condição de senso comum. Como exemplos, Bourdieu aponta os recursos da estatística,

127 Idem.

128 Idem.

129 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 29.

130 Idem.

ou o que Durkheim chamou de “construção teórica provisória”,¹³¹ que são técnicas iniciais de objetivação pelas quais se pode começar a ter uma primeira noção científica acerca de tais acontecimentos. Segundo ele, as estatísticas produziriam uma desconstrução de tais *pré-noções*, retirando-as do senso comum e integrando-as em outro regime discursivo: o discurso da produção do conhecimento. Bem verdade que o autor, em seguida, critica tais métodos de investigação acusando as estatísticas de mera repartição de determinado somatório de fatos sociais, que muitas vezes continuam circunscritos ao próprio senso comum. Assim, do mesmo exercício em torno das *teorias provisórias* surge a necessidade da crítica da linguagem erudita, que costuma esconder a própria manutenção das *pré-noções*. Bourdieu cita a necessidade da crítica às técnicas de objetivação que não compreendem o “social como um mundo desconhecido” e, com isso, promovem o que chamou de “ilusão da transparência”.¹³² Por ser a sociologia, diz o autor, uma disciplina decisivamente influenciada pelos usos da linguagem, seja porque é uma atividade que lida com fenômenos do mundo social, os quais nos são apresentados em *linguagem comum*, seja porque suas explicações são dadas através da linguagem erudita, é preciso pensar o que seria uma permanente apreciação em suas aplicações comuns e teóricas – as primeiras, lugar de uma “experiência ingênua do mundo social”;¹³³ as últimas, de modo geral, responsáveis

131 Idem.

132 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 32.

133 Idem.

pela cristalização das pré-noções como fundamento ao que seria uma “sociologia espontânea”.¹³⁴ Esta última, diz ele, apesar da promessa de ruptura com o senso comum, acaba muitas vezes por reproduzir nas próprias categorias eruditas as mesmas pré-noções que critica. A questão remete ao acompanhamento das diferentes constituições e influências mútuas entre o senso comum e os conceitos em sociologia. No limite, o processo situa os perigos do exercício de uma futurologia. Representante do grande contingente de informações desconhecidas sobre os fenômenos sociais e as formas instituídas de conhecimento, a sociologia é, ao mesmo tempo, lugar de contornos e formas específicas do senso comum e também a instância em que se realizam suas respectivas traduções junto aos padrões de cientificidade já sedimentados. Sendo assim, é preciso atentar para o ímpeto de realização de explicações fáceis e imediatas, que de alguma maneira pretendem minimizar certo “sofrimento” do grande público, uma vez que não apenas se supõe que trazer o desconhecido ao conhecido produziria maior alívio e conforto, como também porque a ideia de que qualquer explicação é melhor do que sua falta. Para o autor, tal ansiedade encontra limite nas próprias categorias analíticas da disciplina que, diferente de uma sociologia espontânea, estão permanentemente submetidas ao exercício de vigilância epistemológica.

134 Idem.

Partindo do princípio da *não consciência*,¹³⁵ postulado metodológico que aponta para a ideia de que o mundo social deve ser explicado não apenas pelas motivações que fazem os indivíduos que dele participam, mas, sobretudo, pelas causas profundas que muitas vezes escapam à consciência, Bourdieu afirma que, em se tratando da lógica científica, todo fenômeno social tem causas sistêmicas e, nesse caso, é preciso buscar suas explicações não nos motivos ou justificativas individuais, os quais resultariam na mera simplificação desse princípio, mas nas injunções e assentamentos que orientam de forma objetiva sua estrutura e delimitação geral. O sentido pessoal e aparente das ações humanas não pertence necessariamente ao sujeito que as executa, mas ao sistema social de relações objetivas nas quais e pelos quais se executa. Em outras palavras, os vínculos sociais não podem ser reduzidos a relações entre subjetividades animadas por intenções individuais e, sim, pelas condições e posições sociais em que se inserem os sujeitos que as produzem. Não se trata, de todo modo, afirma ele, “de reduzir a tarefa da explicação sociológica às dimensões de um objetivismo”, ou seja, de extrair a natureza oblíqua que necessariamente constitui a experiência de conformação do social, em que “a experiência das significações faz parte da significação total da experiência”.¹³⁶ O pressuposto, no entanto, é de que as redes de sentido sejam percebidas à luz de *relações objetivas* que integrem não ape-

135 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 28.

136 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 29.

nas o funcionamento da organização social em seus mais diferentes âmbitos globais, mas, sobretudo, que rompam com as preocupações de senso comum e, da mesma forma, avancem no não exercício de profecia e/ou futurologia. Ao promover a retirada das leituras do social de seu registro meramente opinativo, integrando-as no regime discursivo de cientificidade, a sociologia as protege e preserva, tornando possível sua manutenção e transmissão na ordem do tempo. Assim, afirma Bourdieu, estaria justamente em torno dessa *ruptura*, a primeira abordagem que envolve o trabalho do sociólogo. A disciplina, então, por natureza atrelada ao social, dele se deve descolar posto que se torna o resultado de certo discurso especializado, fundamentado sobre parâmetros de cientificidade, responsáveis por legitimá-la enquanto saber constituído. Em linhas gerais, assinala-se, com isso, o primeiro procedimento metodológico da disciplina, o qual procura reconhecer e incluir o elemento desconhecido ou inesperado nos mecanismos pelos quais se pode fixar o desenvolvimento da complexa rede de relações objetivas que constitui a estrutura social. Em se tratando do trabalho sociológico, embora a prerrogativa possa ser estendida às ciências humanas de um modo geral, Bourdieu menciona essa passagem com intuito de pensar as bases sobre as quais poderia assentar-se a legitimidade do trabalho da disciplina. Ao enfatizar a ideia de que tal conhecimento não se reduz a uma simples leitura do real, ele demonstra ser sua grande preocupação aquela relativa à perigosa aproximação com o senso comum, em especial, nas “ciências do homem nas quais a

separação entre opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures”.¹³⁷ A tarefa passa a ser uma das premissas basilares na conquista de alguma credibilidade do fazer sociológico que não permanece, doravante, restrito à mera descrição das motivações individuais como causas do engendramento social.

Além da ruptura com noções comuns, diz Bourdieu, deve-se lançar mão do escopo teórico-metodológico cujo acúmulo e enquadramento sejam capazes de produzir outras regularidades discursivas. Aqui o segundo componente na ordem dos atos epistemológicos: a construção do objeto¹³⁸ científico. Ao retirar a interpretação do acontecimento de uma leitura meramente opinativa, integrando-a em outro registro discursivo, as práticas científicas não apenas a inserem numa outra modalidade interpretativa, mas num “sistema de relações construídas propositalmente”.¹³⁹ Ao se romper com as opiniões de senso comum remetendo as leituras do feito social às representações científicas, pode-se tanto promover a fixação das fronteiras ou limites em torno dos quais se desenrola o feito social como compreender as regularidades que então o caracterizam. Além de maior profundidade em torno do acontecimento, diz o autor, é bem possível que tais leituras, uma vez referendadas por aquelas representações, lhes possam conferir níveis seguros de conservação evitando, assim, os elevados índices

137 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 23.

138 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 45.

139 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 46.

de suscetibilidade que frequentemente caracterizam o regime opinativo. Entretanto, ainda assim, podemos perguntar: mas como se constituem tais representações, inicialmente originárias da ruptura com o senso comum, responsáveis, segundo Bourdieu, por assegurar os chamados níveis de cientificidade que atestam a competência específica do campo científico? Segundo ele, ao modo weberiano,¹⁴⁰ é preciso empreender correspondências conceituais entre os problemas, em que a atribuição a que estão sujeitas as leituras de caráter opinativo precisam estar orientadas por problemáticas teóricas,¹⁴¹ bússolas do empreendimento reflexivo. “Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, [ele] só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada”.¹⁴² Nesse caso, quanto à construção do objeto, diz Bourdieu, a primeira questão é propor a demissão empírica.¹⁴³ Na mesma direção que orienta a ruptura com as opiniões de senso comum, o sociólogo critica as tradições científicas de caráter eminentemente empírico, cuja crença na neutralidade do método atesta firmemente a ideia de uma realidade que fala por si. Se-

140 WEBER, 2003, apud BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 48.

141 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 48.

142 Idem.

143 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 45.

gundo ele, este é um realismo ingênuo¹⁴⁴ que deposita sua crença num extremo empirismo em que a nomeação do objeto resulta, fundamentalmente, de três aspectos: a melhor aplicabilidade do método, a imparcialidade do cientista, que se deve anular enquanto protagonista de sua investigação, e neutralidade das técnicas utilizadas e dos dados que daí podem provir. Para o autor, o dilema que se coloca é que, na maioria das vezes, tal abordagem tende a não realizar a ruptura necessária com as opiniões comuns. A propósito da imparcialidade do cientista e da neutralidade da técnica, que supostamente aproximar-se-iam com maior exatidão de uma livre relação com os episódios ditos reais, acabam, muitas vezes, não apenas por reproduzir a ilusão positivista¹⁴⁵ em torno do método, mas, sobretudo, por reforçar as chamadas pré-noções, uma vez os procedimentos de pesquisas permaneceriam na condição de um artificialismo asséptico, por demais misturados aos próprios registros do senso comum. Dessa maneira, não se alcançaria a conquista de objeto científico. Na realidade, diz ele, o empirismo cego acaba misturando-se à condição de fato social, ao que chama de “objeto comum [que] não tem acesso à dignidade de objeto científico pelo simples fato de que se presta à aplicação das técnicas científicas”.¹⁴⁶ Nesse caso haveria grande diferença entre o “objeto real, pré-construído pela percepção”,¹⁴⁷ e aquele dito científico, re-

144 Idem.

145 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 50.

146 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 47.

147 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 46.

sultante do sistema de relações construídas propositalmente.¹⁴⁸ No primeiro caso, aponta-se para os fenômenos que, embora tenham sua existência notadamente reconhecida, não necessariamente alcançam legitimidade a ponto de tornar-se objeto de investigação científica. Apesar de serem objetos reais, ainda assim, permanecem no registro, ingênuo e de senso comum, que entende ser suficiente apenas aproximar fatos para que ganhem novos entendimentos, como sinônimo de uma análise mais rigorosa na ordem do conhecimento. Segundo Bourdieu, para que obtenham a chancela de objeto científico é preciso uma articulação ao nível dos conceitos, únicos capazes de torná-lo um fenômeno também científico. Discípulo da escola epistemológica francesa, Bourdieu endossa as palavras de Bachelard, um de seus maiores expoentes, para quem o “vetor epistemológico vai do racional ao real e não, inversamente, da realidade ao geral, como era professado por todos os filósofos desde Aristóteles até Bacon”.¹⁴⁹ Ele defende a necessidade de remissão de qualquer que seja o resultado do trabalho experimental, isto é, da aplicação das diversas técnicas de pesquisa que caracterizam o trabalho empírico a uma determinada problemática teórica. “Não se pode esquecer, de modo algum”, diz ele, “que o real nunca toma iniciativa já que só dá resposta quando é questionado”.¹⁵⁰ Nesse sentido, a afirmativa não nega a im-

148 WEBER, 2003.

149 BACHELARD, 1979: 91, apud BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 48.

150 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 48.

portância da aplicabilidade dos métodos e técnicas utilizados, até porque todo o circuito investigativo está presente em cada etapa da pesquisa, mas defende que é preciso remetê-los invariavelmente a sua hipótese de trabalho inicial, a qual, necessariamente, envolve a prospecção teórica. Tal procedimento leva à prova dos fatos,¹⁵¹ terceiro componente da ordem dos atos epistemológicos. Bourdieu dedica boa parte de sua reflexão à explicitação do que chamou de uma verificação sistemática¹⁵² das proposições e hipóteses iniciais de trabalho. Ele examina os diálogos ou, como denomina, a hierarquia dos atos epistemológicos,¹⁵³ que constitui a articulação interna da estrutura formal da pesquisa científica. Na ocasião, procura não apenas mostrar os possíveis e necessários cruzamentos entre as diferentes etapas de trabalho, mas também nomear, por ordem de importância, cada fase exploratória da pesquisa. Assim, acaba por propor o que seria uma descrição das etapas que devem orientar seu desenvolvimento. De qualquer forma, advém justamente desse aspecto a radical opção pela problemática teórica como verdadeiro norte da construção do objeto científico. Embora mencione a aplicação do método ou das técnicas de pesquisa que caracterizam o trabalho empírico como fundamentais, é a teoria, lembra ele nas palavras de Popper, que “domina o trabalho experimental desde sua concepção até as últimas manipulações

151 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 73.

152 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 80.

153 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 73.

de laboratório”.¹⁵⁴ Apesar da reivindicação empírica quanto a uma suposta autonomia dos instrumentos e escalas de medição, deve-se pensá-los sempre como teorias em ato,¹⁵⁵ isto é, queira-se ou não, eles seriam necessariamente portadores de uma “teoria implícita do social”¹⁵⁶ que os antecede e orienta. Significa remontar não só à ideia de que os fatos não falam, de que é preciso interpretá-los e, assim, “fazê-los falarem” – argumento que remete à impossibilidade de desconsiderar o enorme manancial teórico acumulado nos diferentes campos científicos –, mas, também, à de que os dados, independentemente da incursão empírica da qual advêm, uma vez desvinculados da teoria que os reúne, simplesmente voltam ao “estado de poeira de onde tinham sido tirados”.¹⁵⁷ No caso das diferentes fases que caracterizam a estrutura interna da pesquisa, interessa saber, portanto, se, ao final, se produziu a necessária correspondência entre suas diferentes etapas e as exigências previstas inicialmente na problemática teórica do trabalho. Sendo assim, em se tratando da construção do objeto científico, a questão remonta à necessária compreensão de que ele resulta não apenas da obrigatória ruptura que se opera junto aos chamados fatos sociais, mas também, da imprescindível integração destes últimos às redes conceituais, responsáveis pela especificidade dos objetos científicos. Não

154 POPPER, 1965, apud BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 48.

155 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 53.

156 Idem.

157 BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2007: 49.

há, portanto, construção de objeto científico sem problemática teórica, posto ser ela que responde, em última instância, pelos níveis de cientificidade que caracterizam a conversão dos fatos sociais em objetos de estudo. Em outras palavras, o objeto científico seria, antes de tudo, o resultado da apropriação de uma realidade articulada pelo pensamento; apropriação, entretanto, que não atende por qualquer pressuposto, senão por aqueles constituídos de *problemáticas teóricas* representantes dos padrões sistêmicos através dos quais opera o saber científico.

Apesar de indicar em seu subtítulo uma abordagem metodológica das etapas específicas do desenvolvimento da investigação sociológica, o livro de Bourdieu pode ser lido como contribuição à tentativa de transformar, em disciplina, a presente prática de pesquisa. Embora mencione na nomeação das três etapas daquela que seria a *ordem dos atos epistemológicos*, uma proposição de cunho metodológico, sua reflexão, na realidade, caracteriza-se propriamente como de caráter epistemológico. Além da apresentação das fases da pesquisa em sociologia há, como questão de fundo, uma preocupação em determinar limites e possibilidades de sua instauração como saber constituído. A partir da explicitação das diferentes, embora articuladas, fases da pesquisa estaria sendo pensado o nível de cientificidade presente em tal prática do conhecimento, ainda que, por natureza, ela apareça atrelada ao mundo social. Sua análise trata da institucionalização de tal fazer científico; por esse motivo, a ênfase no debate com aquelas que são consi-

deradas, em referência a Kuhn,¹⁵⁸ as *matrizes disciplinares* das ciências sociais. Através da remissão a Marx, Weber e Durkheim ele situa o “leque de problemas, os métodos adaptados a esse trabalho, assim como o estado de realização científica que é aceite por uma fração importante dos cientistas e que tende a impor-se a todos os outros”.¹⁵⁹ Nessa direção, por conseguinte, se afirma a opção pela *problemática teórica* como núcleo *distintivo* da pesquisa sociológica. Seu objetivo é mostrar que não existe *objeto científico* que não resulte necessariamente da articulação conceitual, construída de modo intencional, entre o fenômeno social e o arcabouço teórico existente em cada campo científico. Mais do que isso, são as próprias disciplinas, e seus respectivos objetos, o resultado dessa recíproca articulação. Daí o diálogo com as *matrizes disciplinares* das ciências sociais. Com intuito de construir aquele que seria o objeto científico próprio da sociologia, ele analisa suas condições de possibilidade a partir do acúmulo teórico já existente naquelas que seriam as teorias fundadoras de seu campo mais próximo. Segundo Bourdieu, resultantes da crescente *autonomização*¹⁶⁰ que se produz nas diferentes práticas científicas, as disciplinas apresentam-se como objetivações sociais, lugar da sedimentação de leituras especializadas, das categorias analíticas e discursivas, vislumbradas fundamentalmente em teorias e métodos de pesquisa, em torno dos quais são elaborados e sistematizados as opiniões

158 KUHN, 1989.

159 BOURDIEU, 2004b: 28.

160 BOURDIEU, 2004b: 73.

e os depoimentos do senso comum. Instâncias em que se concentram os pressupostos e mecanismos pelos quais se obtêm a definição, a preservação e o aprofundamento dos estudos que cercam os mais diferentes fenômenos sociais, as disciplinas são, finalmente, institucionalizações das práticas científicas, modos pelos quais se lhes garante a chancela de “universos relativamente autônomos [...], produto de conflitos que visam impor a existência de novas entidades e das fronteiras destinadas a delimitá-los e protegê-los”.¹⁶¹ Centro nevrálgico das práticas do conhecimento, em torno de seu domínio assenta-se o aglomerado de problemas e modos de investigação que, segundo um conjunto de cientistas, tornam-se legítimos e, portanto, o sentido e a direção própria de um dado legado reflexivo. A suas fronteiras metodológicas e aportes conceituais estariam sendo remetidas as opiniões de senso comum, resultado direto da *ruptura* com a *ilusão do saber imediato*.

Responsáveis pela aquisição da chancela de saber constituído, as disciplinas correspondem a uma determinada convergência de estudos em torno de um dado objeto cujo discurso especializado, de um modo geral, outorga a suas práticas científicas o título de área do conhecimento, episteme ou simplesmente ciência. O processo que implica certa solidificação de teorias e métodos de pesquisa torna-se necessariamente o resultado de um amplo consenso político e temporal em torno dos conceitos desenvolvidos em cada área. A pergunta que se coloca

161 Idem.

é: como se adquire tal condição? Nesse caso, a questão depende efetivamente da construção de objeto científico. Sua conquista, diz Bourdieu, aponta para uma necessária convergência por parte do corpo de cientistas, responsável por aferir-lhe um *valor distintivo* (legitimidade), de modo a torná-lo não somente um problema passível da concentração de esforços comuns, mas o caminho na construção de uma tradução original dos *atos do mundo*. O processo não corre à revelia, muito menos encontra-se sujeito a acasos fortuitos. Nesse sentido, o processo de construção de objeto científico não corresponde a uma aquisição imediata, como também será sempre o resultado de um extenso período de acumulação. Segundo o sociólogo, “a definição dos problemas e a metodologia de investigação utilizada decorrem de uma tradição profissional de teorias, métodos e competências que só podem ser adquiridos no termo de uma longa formação”.¹⁶² A constatação torna-se importante porque remonta não apenas ao problema da autonomia do saber, central em nossas preocupações, mas, sobretudo, à constituição da episteme comunicacional, objeto propriamente de nossa análise. Se por um lado, o campo científico representa uma modalidade particular de campo social, por outro, dentro dele se apresentam outras distinções que podem atender por materialidades disciplinares e que representam, na verdade, a especificidade interna de cada um deles. A observação aponta para a importante distinção entre os conceitos de *campo*

162 BOURDIEU, 2004b: 29.

científico e *disciplina* ou *episteme*, invariavelmente confundidos na ocasião do debate em comunicação. No primeiro caso, como temos dito, pode-se pensar a prática científica como extensão do contexto macrosocial. Embora dele distinta, uma vez que se apresenta detentora de leitura própria e específica dos acontecimentos que o caracterizam, tal estado tal prática pode ser entendida como um estágio anterior (pré-científico) à condição de disciplina visto que se observa aí a ausência de objeto de estudo próprio. Falamos exclusivamente do problema que permeia a especificidade do campo científico, circunstância que, como acabamos de ver, embora fuja de resposta unitária, atende por um tipo de especificidade diretamente relacionado à produção e ao acúmulo de seu *capital científico* “*puro*” ou *intelectual*. Dito de outra maneira, a autonomia de cada campo depende de possibilidade de *refratar* e *retraduzir*, de modo específico, as injunções externas do mundo social. Tal procedimento encontra-se diretamente vinculado aos níveis de cientificidade que constituem cada um deles, o que, naturalmente, aponta para processos particulares. No entanto, pode-se dizer que, se o grau de autonomia de determinado campo é medido segundo os padrões de cientificidade que esse venha a alcançar, em se tratando do campo científico, tal conquista não se limita ao rigor do procedimento metodológico das pesquisas. De outra maneira, eles são radicalmente dependentes de traduções originais dos fatos do mundo, de onde se tem como recurso epistemológico central a hermenêutica como instância de trabalho. Daí a centralidade do conceito

ou, se quisermos, do *capital científico* “*puro*” ou *intelectual*. O problema doravante trata de pensar os pressupostos até aqui apresentados a partir das particularidades do campo comunicacional.